

4

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO VINTE E UM

Ao vigésimo sétimo dia, do mês de Abril, do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício da Sede do Centro Cultural e Recreativo de Larçã, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a dezanove de Abril de dois mil e dezassete:

Ponto Um – Período de antes da ordem do dia;

Ponto Dois – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

Ponto Três – Apreciação e votação do Relatório de Contas da União de Freguesias de Souselas e Botão referente ao ano de 2016;

Ponto Quatro – Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto Cinco – Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de nove dos nove Membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, João Oliveira Torres Parda, Fernando Lopes Morais, Pedro Miguel Marques Peça em substituição de Maria Regina Oliveira e Sara Laranjeira Ferreira Lindo.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares, Secretário Sérgio da Costa Madeira e Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos, cumprimentou todos os presentes, e agradeceu à Direção do Centro Cultural e Recreativo de Larçã por nos ter recebido, sabendo recentemente da nova Direção, desejando-lhe os maiores sucessos. Passa de seguida a relembrar os pontos da Ordem de Trabalhos constantes da Convocatória enviada, e antes de iniciarmos a sua discussão, diz que o Presidente solicitou que se adicionasse mais um ponto à ordem de trabalhos, e pede-lhe que clarifique. Rui Soares cumprimenta todos os presentes e após agradecer à Direção o facto de nos ter recebido, explica a intenção da Junta fazer um Parque Infantil ao lado da Capela de Larçã, no Baldio nº35, referindo também, que a Câmara tem andando muito exigente e com muitas dúvidas e que existe uma obra protocolada para Larçã, já desde o ano anterior, tendo-se recebido há pouco tempo o projeto. Explica também a dificuldade de gestão das obras, tendo que se fazer umas escolhas em detrimento de outras, pela existência dessas mesmas exigências por parte da CMC, pedindo por fim, a autorização da Assembleia de Freguesia para se construir o Parque Infantil, no dito baldio. Elsa Ferreira refere que tendo a Assembleia que se pronunciar sobre a disposição do Património e após ter colocado à votação a inserção deste ponto de ordem, tendo sido aprovado por unanimidade, sugere que este ficará a ser o Ponto Cinco, passando a Intervenção do Público para o Ponto Seis.

E entrando no Ponto Um, pergunta aos colegas Membros da Assembleia se têm algum assunto a tratar antes da ordem do dia. Fernando Morais intervém, e expõe uma situação de dívida ao Sr. José Carvalho relativo ao último Executivo, acerca de uns portões para o Campo de Futebol do Calvário, e que o qual lhe fez chegar às mãos alguma documentação do material gasto, solicitando-lhe que trouxesse este assunto à Assembleia, para que a Junta proporcionasse o seu pagamento. Elsa Ferreira lembra que já se tinha falado sobre este assunto, e que inclusive havia perguntado ao anterior Executivo se reconheciam esta dívida, ao qual, Fernando Morais respondeu que a reconheciam moralmente, e que pelo que entende do pedido de hoje, é que se saiba se o atual Executivo tem intenção de a pagar, passando assim, a palavra ao Presidente. Rui Soares começa por dizer que estamos a falar de pessoas que conhecemos e que já tinha tido conhecimento deste assunto, sendo até na altura, e embora Presidente da Assembleia, confundido muitas vezes com o Executivo, mas que como toda a gente sabe, se desmarcou do PSD, tendo deixado de saber se esta situação tinha sido resolvida. Informa que atualmente a Presidente da Assembleia não tem conhecimento de tudo o que o Executivo faz diariamente, à semelhança do que se passava na altura, embora o atual Executivo se apoiar bastante nela, por estarem a funcionar só com dois elementos. O

Presidente diz também, que tem pena que o Sr. José Carvalho não esteja presente para se poder defender, e sugere até que venha numa próxima Assembleia, explicando que este foi "n" vezes à extinta Junta de Freguesia de Souselas para tentar receber, sem se ter dado solução, e que só há pouco tempo teve conhecimento da não resolução, pelo Sr. Fausto Rodrigues, que lhe disse que tinha ficado como fiador, e por isso falou no assunto na última Assembleia, para defender o bom nome da Junta de Freguesia de Souselas e Botão. Diz também, que o anterior Executivo deve assumir a dívida para que a partir daí se tente solucionar o problema ao Senhor, embora se pergunte se será legal pagar uma dívida de 2009, sendo esta faturada em 2017, e pede para que a Assembleia se pronuncie. Elsa Ferreira diz que à margem do que já aconteceu com outras situações, como o caso da Fonsofil, a Assembleia tem que deliberar sobre este assunto por ser uma despesa do passado. E porque não tem conhecimento do documento que o Sr. Fernando Morais tem em sua posse, vendo também um documento escrito à mão, refere que na sua opinião, o Sr. José Carvalho deverá entregar uma comunicação dizendo que esta dívida existe, por forma a poder legalizar um pouco esta situação, e se poder aprovar o pagamento, e pede que a Mesa se pronuncie também acerca do assunto. Sara Lindo intervém e diz que o Executivo em funções em 2009, também deverá atestar que esta dívida existe, e Elsa Ferreira concorda, dizendo que a Assembleia poderá autorizar o pagamento, se efetivamente for nesta base, sendo a decisão final do Executivo atual. Rui Soares lembra que já aceitámos dívidas que não foram faturadas, como o caso do pagamento das Monografias ao João Pinho, e questiona porque é que esta dívida não foi incluída também, dizendo que é aqui que reside a falta de coragem para assumir o que foi feito. Fernando Morais responde que por vários motivos caiu no esquecimento e Elsa Ferreira finaliza, dizendo que está assumido. Miguel Monteiro intervém e diz que o Ex-Presidente de Junta, estando presente, também deveria ter uma palavra a dizer sobre este assunto. Sara Lindo diz que nós temos que validar sobre os documentos que nos chegam. João Pardal diz que o material foi aplicado e que a benfeitoria foi feita, e que por motivos que agora não interessam, o assunto passou, e assumindo a existência da dívida, diz que se for necessário algum documento escrito, que o assina. Leónia Forte diz que na última Ata já refere que Fernando Morais assumiu a dívida, e Elsa Ferreira diz que para nós deliberarmos, não temos documentação que chegue, tendo ficado decidido, que é necessário uma declaração de confirmação da dívida por parte do anterior Executivo, e outra do Sr. José Carvalho. Não havendo mais questões, avança para o Ponto Dois (Apreciação e votação das atas das sessões anteriores), e começa por dizer que as últimas três Atas foram enviadas separadamente, sendo muito extensas, e tendo a última sido enviada no dia de hoje. Informa que também já foi disponibilizada a Ata nº 10, mas que ainda haverá alterações a se fazer, e questiona se estamos em condições de deliberar sobre a Ata nº 18 sem a ler. João Pardal intervém e diz que não as leu, tendo já apresentado os motivos antecipadamente à Presidente, mas que dá por boa fé a feitura das mesmas. Fernando Morais diz que não lhe foi entregue a Ata nº 18 e como se verifica que não há condições para se avançar para a votação das mesmas, Elsa Ferreira sugere marcar uma Assembleia Extraordinária só para tratar deste assunto, tendo esta ficado já marcada para dia 11 de Maio de 2017, pelas 21:30. Leónia Forte pede que leiam efetivamente as Atas, porque existem algumas palavras que não consegue perceber nas gravações, podendo o que está escrito, não corresponder exatamente ao que foi dito. Rui Soares pede a palavra, e sugere, que à semelhança das Assembleias Municipais, onde as Atas ainda são mais extensas que estas, que as mesmas sejam só um resumo do que é dito, anexando a gravação áudio, completando assim toda a informação. Sara Lindo diz que depois das Atas aprovadas, as gravações não têm que constar. Leónia Forte diz que na sua opinião é mais correto, e fica mais completo anexar as gravações às Atas, tendo até já sugerido isto, aquando da aprovação da gravação das Assembleias, até porque também já houve uma referência de Sérgio Madeira, numa das Assembleias, que como não havia gravação, não tínhamos como confirmar o que realmente havia dito. Sara Lindo pergunta se na altura já se gravavam as Assembleias e Rui Soares responde que não, sendo por isso importante não apagar as gravações. Elsa Ferreira questiona se alguém se opõe a que se as gravações fiquem apenas às Atas, e não havendo oposições, ficou decidido que a partir da data de hoje, as mesmas ficarão anexadas às Atas, sendo as próximas um resumo do áudio.

Terminado este Ponto, Elsa Ferreira passa ao Ponto Três (Apreciação e votação do Relatório de Contas da União de Freguesias de Souselas e Botão referente ao ano de 2016), que será anexado a esta Ata, dando a palavra a Rui Soares.

Rui Soares começa por dizer que o Contabilista da Junta é o mesmo das extintas Juntas de Freguesia de Souselas e Botão, e que tiveram reuniões no início de Março, onde foram esclarecidas algumas dúvidas existentes sobre as contas, ficando as mesmas fechadas e aprovado o Relatório de Contas em reunião do

44

Executivo, no dia 20 de Março. Diz também que a atual Assembleia esteve marcada para dia 8 de Abril, tendo na altura a possibilidade de termos a presença do Contabilista, para poder esclarecer qualquer dúvida que surgisse acerca das Contas, mas a qual não aconteceu por existir um evento no Centro Social de Marmeleira, tendo-se falado em marcar para o dia 22 de Abril, mas que por ter havido o jogo Sporting-Benfica, se optou pela data de hoje. Refere que a curto prazo teremos o site da Junta de Freguesia a funcionar, onde tudo o que é pertinente sobre a União de Freguesia será divulgado, existindo assim a máxima transparência possível para quem tenha a possibilidade de o consultar. E passa a palavra a Miguel Monteiro, que começa por ler a nota introdutória do Relatório de Contas da página 2 à 5, lendo posteriormente o quadro nº2 (Principais rubricas da Despesa – paga). Rui Soares intervém, e informa que no ano de 2016 se recebeu da CMC para obras, cerca de 30 000€, e foram feitas obras no valor de 125 588€, sendo que as Receitas Correntes foram transformadas em Despesas de Capital, o que se poderá verificar no quadro nº3 (Execução do Orçamento), demonstrando assim uma boa gestão do Executivo, apesar do atraso dos projetos por parte da CMC, que levou a que algumas obras passassem para o ano seguinte, e das situações existentes no Executivo, mas que foram ultrapassadas, aspirando completar todas as obras propostas até Outubro de 2017. Miguel Monteiro pede a palavra, para dizer que se compararmos o Orçamento com as Contas, verifica-se que o Orçamento é o mais consciente e real possível, passando à leitura da Execução Global do Orçamento, na página 6, e do Equilíbrio Orçamental versus Poupança Corrente, na página 11, completando assim o que o Presidente havia dito. Elsa Ferreira questiona a Mesa se há alguma dúvida que pretendam colocar, e João Pardal diz que a sua observação é em relação a uma questão levantada no início do Mandato, e diz que está aqui a prova evidente de que os Protocolos da Delegação de Competências podem transitar de ano, quando há um compromisso entre as partes, referindo também que não lhe parece existir uma semelhança tão próxima entre o Orçamento e a sua Execução, até porque a Taxa de Execução é de cerca de 60%. Refere também que a Despesa Corrente é maior que a Despesa de Capital, sendo da sua opinião que devesse ser o contrário. Questiona ainda, se as inscrições dos jogadores dos Jogos Sem Fronteiras já foram pagas, uma vez que foi questionado pelo responsável pela organização, e em relação à rubrica “Outros Serviços”, pretende saber qual o valor correspondente ao Presépio e se há mais alguma verba associada ao mesmo, e se o valor foi pago diretamente ao proprietário, ou se houve algum pagamento a alguma Associação de Aeromodelismo da qual a pessoa envolvida no Presépio faz parte. Refere ainda que o valor dos Protocolos são 28 000€, e deduzindo que no ano passado já estava a decorrer a obra dos passeios do INEDS para a Marmeleira, questiona se já foram e quando foram faturados e pagos, pois não o vê refletido nestas Contas, terminando por solicitar que fosse facultado o Contrato do Espaço Cultural, uma vez que é uma situação que passará para o próximo Executivo e não se tem conhecimento dos valores implicados e os termos do contrato, tendo a dúvida se este assunto não teria que vir mesmo à Assembleia para ser votado. Elsa Ferreira refere que o assunto do Espaço Cultural foi retirado da votação, mas foi adiado de comum acordo de todos os Membros, por haver na altura algumas situações a serem revistas e consideradas, como por exemplo uma reunião com a Direção da Casa do Povo de Souselas, passando de seguida a palavra a Rui Soares ou a Miguel Monteiro. Miguel Monteiro responde que as faturas de 2016 foram todas liquidadas, e que João Pardal, como ex Presidente de Junta, devia saber que esta contabilidade trabalha numa base de caixa, e assim sendo, os documentos só entram na contabilidade depois de estarem liquidados. João Pardal responde, dizendo que só fez uma pergunta e que já lhe respondeu. Rui Soares intervém e diz que lhe gaba a coragem por estar a querer falar de novo, quando estava calado há tanto tempo, tal e qual como aconteceu na última Assembleia, dizendo também que este é um dos problemas dos políticos, e informa que é óbvio que as Despesas Correntes são inferiores às Despesas de Capital, por causa das Obras Protocoladas não executadas, e diz que João Pardal só fala neste tipo de situações para baralhar o Público, mas que na realidade, tivemos menos Despesa de Capital, sendo o mais importante aqui que as Receitas Correntes foram transformadas em Despesas de Capital. Refere que em relação aos Jogos Sem Fronteiras, deverá haver um lapso, porque a Junta de Freguesia não recebeu nenhuma fatura, aproveitando para falar do desempenho dos participantes e da claqué e agradecendo o alerta sobre esta situação. Rui Soares diz sobre o Presépio, que custou à Junta 3 000€, e que durante o ano de 2016 houve várias atividades com o intuito de angariar dinheiro para ajudar as Coletividades. Não correndo como esperado, esta situação será tratada com quem de direito, e informa que todos os pagamentos efetuados foram justificados com recibos da Associação de Aeromodelismo do Centro, estando tudo documentado, falando também das espetativas elevadas que os responsáveis por esta Associação criaram inicialmente, e dos problemas que foram surgindo posteriormente, confessando que o

seu objetivo é trazer gente de fora da Freguesia para cá, mas que teria sido melhor se estes não tivessem aparecido, e agradece às pessoas da Zouparria e a todas as que colaboraram para que a exposição do Presépio tivesse sido conseguida, apesar de todas as dificuldades criadas. Em relação aos passeios do INEDS até à Marmeleira diz que se fizeram até num tempo recorde, tendo sido esta obra faturada no início de Janeiro, mas que no final houve algumas complicações por causa dos acessos, mais concretamente no acesso à moradia da Sra. Madalena Saraiva e do vizinho, onde havia um desnível de quase um metro, gerando esta morosidade no pagamento, pois a Sra. Madalena Saraiva como não estava contente com a solução criada, enviou uma carta para a CMC, que reteve assim o dinheiro protocolado para esta obra, até à resolução desta situação, ficando entretanto solucionada, mas sem ainda se ter recebido o pagamento da CMC. Rui Soares, fala também que não veio para a Junta para cumprir requisitos, porque se o fizesse continuava tudo na mesma e sem nada feito nesta Freguesia, composta pela união de duas extintas Freguesias, onde se sente realmente uma união e a resignação da maior parte das pessoas. Diz também que o Espaço Cultural envolve muita gente, sendo para si uma satisfação que estejam pessoas da Póvoa do Loureiro envolvidas neste projeto, aproveitando para convidar todos os presentes para a sua inauguração na próxima segunda-feira, dia em que com a participação de pessoas talentosas da União de Freguesia, se ajuda também a divulgar o que se tem de melhor, sendo também um dos seus objetivos. Informa que temos espaço para o Museu Etnográfico do qual se fala já em fazer há muito tempo, tendo a Junta dado agora o primeiro impulso, cabendo a quem pretender o seguir, e diz que na sua opinião se conseguiu um contrato muito bom, tendo 5 anos para comprar o edifício por 80 000€. Informa também que no primeiro ano não se paga nada, e que todas as obras feitas serão de acordo com o proprietário, passando a pagar posteriormente 500€ por mês, tendo sempre como objetivo principal, comprar o espaço num menor período de tempo, e dando desta forma um fim mais digno àquela casa que pertenceu ao ex Presidente de Souselas, Sr. Amílcar Barreto. Leónia Forte pede a palavra e diz que não sabe se os outros Membros se recordam, mas que tem quase a certeza de que o envio do contrato já foi solicitado pela Presidente da Assembleia, numa das anteriores Assembleias, para que todos tivessem conhecimento do seu conteúdo. Rui Soares intervém e diz que quando o Executivo trouxe o assunto do contrato a essa Assembleia, que não tinham que o fazer, tendo-se informado sobre isso anteriormente, recorda-se que Elsa Ferreira havia ficado cética em relação a esta aquisição, e que mudou de opinião após ter visto o espaço. Elsa Ferreira recorda que na altura ficou realmente cética e preocupada por causa do valor envolvido e da responsabilidade que isso traria para a Junta e para quem venha a seguir, mas que efetivamente mudou de opinião depois de ter visto o espaço e ter conhecido melhor as suas possibilidades, apelando a que as pessoas aproveitem esta oportunidade, valorizando assim aquela obra. Fernando Morais pede a palavra e diz que nunca esteve em causa os valores envolvidos, e questiona porque é que a construção do Parque Infantil tem que vir à Assembleia, e a aquisição daquela casa, não. Elsa Ferreira responde que as obras do Executivo não têm que vir à Assembleia, e que em relação ao Parque Infantil, o que precisa de vir à Assembleia é solicitar autorização para que este seja construído num dos Baldios pertencentes à Junta. Fernando Morais pergunta ainda, se a rubrica de edifícios, no valor de 26 000€, tem alguma coisa a ver com a rubrica de Encargos, no valor de 9 000€. Em resposta, Rui Soares informa que no dia de hoje foi inaugurado o Posto Médico de Souselas pelo Ministro da Saúde, e refere que este Executivo sempre quis fazer parte da solução e não do problema, e explica que existiram vários projetos ainda do anterior Executivo, os quais também sempre acompanhou, e que o Arquiteto, que o próprio Fernando Morais também conhece, acabava sempre por desenvolver projetos, os quais não se conseguiam pôr em prática, porque o dinheiro cabimentado nunca era suficiente. Refere que é uma situação que iniciou há mais ou menos dez anos e que só agora se conseguiu dar andamento à obra, e que mesmo assim, a Junta se teve que atravessar numa série de situações, pois quem projeta na ARS, não fala com quem vai utilizar, tendo sido necessário mexer no projeto várias vezes, para que este se pudesse concretizar, fazendo assim a obra demorar muito mais tempo que o previsto. E informa que a Junta teve que suportar mais alguns custos, tais como por exemplo, as janelas, estores e pintura, para que o edifício ficasse desta forma mais confortável e prático para quem o vai utilizar. Elsa Ferreira clarifica de que forma a verba foi utilizada, e questiona se há mais dúvidas a esclarecer. João Pardal pergunta se a Aprovação do Relatório de Contas em reunião do Executivo, foi com a presença do Presidente e do Tesoureiro e ausência do Secretário, e se já seguiu para o Tribunal de Contas. Rui Soares responde que sim e Elsa Ferreira diz que não é necessário vir à Assembleia para estas serem enviadas para o Tribunal de Contas, cabendo-nos a nós só deliberar sobre o que nos é apresentado. A Presidente passa assim à votação das Contas, sendo o resultado de 5 votos contra de Sara Lindo, Olga Monteiro, Fernando

Morais, João Pardal e Pedro Peça, e 4 votos a favor dos restantes Membros presentes, não tendo assim sido aprovado o Relatório de Contas de 2016. Sara Lindo pede a palavra e justificando o seu voto, pelo facto do Executivo não se encontrar constituído pelos três elementos, entrega a respetiva Declaração de Voto, que será anexada a esta Ata. Rui Soares solicita a palavra e informa que legalmente o Secretário já perdeu o mandato, salvando erro, em Outubro, uma vez que faltou a todas as reuniões que estavam marcadas numa das Atas iniciais do Executivo, em que está explícito que as reuniões seriam todas as segundas-feiras, depois do horário de atendimento ao Público, com Atas de quinze em quinze dias, e afirma que quem votou contra, só o fez por pretenderem boicotar o trabalho do Executivo. Mais ainda, Rui Soares solicita que a Presidente da Assembleia transmita ao Tribunal Administrativo, a perda de mandato do Secretário. Olga Monteiro pede também a palavra para justificar o seu voto contra, e diz que já havia mostrado o seu descontentamento noutra Assembleia anterior, e mantém a mesma justificação, pelo facto de se estarem a fazer pagamentos de honorários ao Secretário, Elemento do Executivo que não se apresenta ao serviço na Junta de Freguesia. Rui Soares informa que já não está a receber há dois meses. Elsa Ferreira pergunta se mais alguém pretende justificar o seu voto e João Pardal responde que a sua justificação e dos seus colegas, é por não concordarem com a disfuncionalidade do Executivo, e pela não participação do Secretário neste ato importante, que é a Aprovação das Contas. Miguel Monteiro pede a palavra e Elsa Ferreira diz que pode falar, se o Presidente consentir. Dado o consentimento, Miguel Monteiro diz que só pretende corrigir o termo "disfuncionalidade do Executivo", porque o Executivo funciona, sendo que o Secretário é que não funciona, e que deixou de aparecer por iniciativa própria. Sérgio Madeira solicita palavra e Elsa Ferreira concede-lha, pedindo-lhe que seja rápido. Sérgio Madeira diz que desde o Comunicado que pediu que lhe fosse informado se a retirada de funções incluía o Atendimento ao Público, e logo a seguir solicitou também que lhe fosse informada a hora certa das reuniões do Executivo, pedidos estes que nunca tiveram resposta. Elsa Ferreira faz a consideração de que no dia 20 de Outubro, foi feita uma Assembleia Extraordinária para tratar só destes assuntos, e refere que foi claramente dito pelo Presidente, estando registado em Ata, que as reuniões acontecem sempre às segundas-feiras, após o Atendimento ao Público, sendo a hora indefinida, uma vez que o horário é entre as 20 e 21 horas, e que obviamente que não se vão mandar as pessoas embora para se reunir. De modo que não percebe porque é que o Secretário não se apresentou desde esta Assembleia a nenhuma reunião, até à presente data, questionando-o. Sérgio Madeira responde que o esclarecerá na devida altura. Sara Lindo pede a palavra, e lê algumas passagens das Atas anteriores, onde Elsa Ferreira solicita que seja definida uma hora para o início das reuniões do Executivo, e diz que não percebe porque é que isto não está a ser cumprido. Elsa Ferreira responde que não entende onde é que está a dificuldade, uma vez que já foi dito pelo Presidente que não é possível marcar uma hora certa, pois depende de como corre o Atendimento, e se o horário de atendimento termina às 21:00, o Secretário pode estar presente a essa hora, aguardando que se inicie a reunião. Sérgio Madeira intervém, e Elsa Ferreira interrompe-o, dizendo que este nem pediu permissão para falar. Rui Soares pede a palavra, e começando por dizer que ainda bem que estão pessoas novas a assistir hoje, Elsa Ferreira interrompe-o também, dizendo que não vamos continuar com este assunto. Rui Soares diz que só pretende esclarecer, que esgotou até ao limite a possibilidade de continuar, lembrando que o seu antecessor andou oito anos para mandar o Secretário, Jorge Pratas, embora, e que nunca o conseguiu, mas que ele o fez olhos nos olhos, tendo até colocado o seu lugar à disposição, pois ser Presidente é para si um acessório. Diz também que esta gente está aqui só para complicar o andamento da Freguesia, e que pretendem é que o Executivo caia, coligando-se PSD's e CDU's. Informa que tivemos uma apresentação de uma Monografia que custou 35 000€ à antiga Freguesia de Souselas, onde o Presidente da Assembleia (que era Rui Soares) foi completamente ignorado, e na altura foi condecorado um Senhor que antes esteve para ser preso por causa das Contas quando Rui Soares foi para Presidente da Assembleia, dizendo que isto é a nossa Freguesia e que as politiquices aqui têm que acabar, tendo é que zelar pelos interesses da Freguesia. Diz também que da forma como esta Assembleia iniciou, e retirando o Pedro disto, porque é novo nestas andanças, se fosse eles, no final demitia-se com vergonha. E termina, dizendo que (confessando que não ficava bem se não falasse nisto), têm andado por aí em jantares a enxovalhá-lo, mas que um dia destes pede uma sindicância às contas todas com retroativos, e que só ainda não o fez, porque não veio para aqui para fazer mal a ninguém e porque tem ainda consideração pelo Moraes e pelo Pratas, e depois se verá quem é que está mal. Pois o antigo Presidente de Souselas fazia tudo à revelia, embora um Presidente tenha que ter autonomia, e Rui Soares está aqui para dar o peito às balas, sendo responsável por tudo o que está nas Contas, assumindo tudo, mas o seu antecessor empurrava para os outros, quando as coisas corriam e correm mal. Por último, diz que tem

que falar também da Junta de Botão, e informa que brevemente se fará uma obra de 50 000€, tendo esta sido adjudicada à empresa que deu o orçamento mais barato, das três que concorreram.

Encerrado este Ponto, passa-se ao Ponto Quatro (Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro), tendo a palavra o Presidente, Rui Soares, começa por pedir desculpa pela forma acalorada com que falou, e diz que quem o conhece sabe, e que ainda no dia 25 de Abril, no CSM, o Presidente desta Instituição, disse e é verdade, que sabe que Rui Soares continuará a ajudar no que puder, mesmo quando deixar de ser Presidente. Terminado este desabafo, Rui Soares informa que o Centro de Saúde de Souselas foi inaugurado hoje, e referindo-se a Miguel Monteiro como exímio, e dizendo que se ele quisesse o Executivo caía, diz que já estão a pensar na ampliação do Centro de Saúde, uma vez que em conversa com o Dr. Carlos Viçoso e o Enfermeiro, foi-lhe dito que havia a possibilidade de se colocar cá mais dois médicos, libertando os existentes, e desta forma ganhar mais tempo para consultar cada doente, pois devido às instalações que agora temos, as pessoas que haviam saído para outros Centros de Saúde, estão a regressar, aumentando assim o tempo de espera. Rui Soares diz que já falou com o Presidente da Casa do Povo, que está nisto também para ajudar e não por estar à procura de protagonismo, e que este já teve reunião com os restantes Membros da Direção, e que o objetivo seria, da Casa do Povo ceder o espaço onde antigamente existia o café, e a Junta de Freguesia lhes ceder parte do antigo Centro de Saúde, beneficiando assim, ambas as partes. Rui Soares diz que em relação ao INEDS a luta tem sido enorme, referindo a reunião existente no dia anterior, onde estiveram cerca de duzentas pessoas, e confessa que para ele esta é a sua maior preocupação, pois segundo o que lhe foi dito, a Secretária de Estado está intransigente, e por este motivo, tem apelado para que as pessoas não desistam de lutar, referindo, que tanto o Presidente de Brasfemes, como o de Torre de Vilela e Trouxemil, estão com ele nesta luta comum às três Freguesias, independentemente dos seus partidos. Em relação ao Espaço Cultural, informa que na próxima segunda-feira será a sua inauguração, sendo para si um prazer enorme a união que conseguiu para este fim, não estando esta ao alcance de qualquer um. Informa também que a Junta de Freguesia tem uma nova página de internet, que irá sendo completada ao longo do tempo. Volta a referir-se a uma conversa que havia tido com Fernando Morais, o qual o questionou como é que com três elementos e uma Freguesia mais pequena, no Executivo anterior de Souselas era difícil gerir, e este Executivo só com dois elementos consegue, ao qual Rui Soares respondeu que se consegue, porque não há tempo para intrigas, e que no pouco tempo que tem disponível, tenta sempre fazer alguma coisa pela Freguesia, e a prova disso, é que vai ser cedido à Junta um terreno, pelo Dr. João Viana e pelo Dr. Ernesto Tocantis (que já havia cedido uma vala), com cerca de mil cento e tal metros quadrados, fruto de conversa, amizade e confiança, para fazer um descarregador de superfície que resolverá o problema que existe há anos, de cheias em Souselas, e que ainda dará também, para eventualmente fazer uma estrada até ao Matoito. Rui Soares fala também do apoio constante às Coletividades e Comissões de Festas, a quem a Junta ajuda sempre que pode, e quando não pode, arranja sempre forma de o fazer, pois é importante que as localidades não percam as suas tradições. Diz também que o Mercado em Souselas está a ter algum dinamismo, embora seja um facto que tem dado alguma despesa à Junta, obrigando a que agora se tenha que fazer um reajuste, mas que em contrapartida temos tido mais pessoas a querer ir para lá. Lembra que há pouco na Assembleia se dizia que o Presidente estava a tempo inteiro, e deste modo, informa que estava a tempo inteiro, mas repartido por dois meios tempos, porque por ser uma pessoa justa, entendeu e por sua iniciativa, que devia valorizar o trabalho tido pelo Secretário no início, dando-lhe um dos seus meios tempos, e o qual, Sérgio Madeira prescindiu mais tarde. E recorda que no Executivo anterior de Souselas, o Secretário, que era quem mais trabalhava, esteve uma série de tempo desempregado, e que nunca teve este privilégio. E termina, informando que já foi lançado o concurso para a obra de Botão e que será adjudicada brevemente.

Elsa Ferreira pergunta à Mesa se pretende fazer alguma questão, e como ninguém se pronunciou, passou ao Ponto Cinco (Apreciação e votação sobre a autorização de utilização de Baldio pelo Executivo da união de Freguesias). A Presidente situa o referido Baldio junto à Capela de Larçã, e que será para fazer uma obra. Rui Soares confirma, e diz que inicialmente a ideia seria dar um arranjo nos pequenos Baldios que já têm marcos, mas que como o dinheiro não chega para tudo, teve que se fazer uma opção, e como a extinta Freguesia de Botão não tem nenhum Parque Infantil, o objetivo é construir um neste Baldio, se a Câmara e a Assembleia (porque não existe Comissão de Compartes) permitirem. Sara Lindo questiona se o Baldio que se falou anteriormente que ainda não estava legalizado, se interfere com este, e Rui Soares responde que

não. João Pardal recorda que este Baldio faz parte dos que se analisaram numa reunião, com alguns dos Membros da Assembleia. Sara Lindo intervém de novo, e diz que a sua votação relativamente ao Relatório de Contas e a outras situações que aqui se passam, nada têm que ver com o trabalho do Executivo, pois toda a gente vê que as obras estão feitas, e ninguém está aqui para contrariar, pois o Presidente tem apresentado as propostas e estas têm sido aprovadas, mas o que se pede, é que a Assembleia delibere sobre situações legais, e por isso se solicita um documento que diga que o Executivo está a funcionar de forma legal, não estando ninguém, com isto, a boicotar o trabalho seja de quem for. Elsa Ferreira diz que tem que responder a Sara Lindo, e diz-lhe que não vê nenhuma ilegalidade aqui, e que há uns tempos atrás até chegou a induzir a Mesa em erro, por achar que esta situação se podia resolver doutra forma, mas depois de se debruçar melhor sobre o assunto, chegou à conclusão que não se podia resolver da forma que pensava ser a correta. E continua dizendo, que tanto não há aqui nenhuma ilegalidade, como o Secretário tem sido convocado para estar presente nas Assembleias, e o pagamento tem-lhe sido feito, mas a partir do momento em que o Executivo acha que o Sr. Secretário está em condições de perder as suas funções, deixa de lhe pagar, comunicando-o à Assembleia. Diz também, que a Assembleia não tem feito nada mais que apelos para que o Executivo resolva a situação entre si, pois este não é um problema da Assembleia, e vai para além das nossas competências, e que eventualmente poderíamos pedir um parecer à CCDR para esta situação específica de Souselas e Botão, mas o parecer que seria dado, com certeza seria igual a tantos outros que já estudámos, não sendo agora necessário pedir, uma vez que já estamos noutro patamar por termos uma comunicação a dizer que o Secretário está em condições de ser destituído do cargo. Sara Lindo repete que já devíamos ter pedido um parecer para nos podermos pronunciar sobre uma base legal, pois nós não temos capacidade para dizer se o Executivo está bem ou não. Elsa Ferreira responde que não é assunto nosso, e que para ser sincera, quando estamos para analisar Contas ou Orçamentos, é sempre muito importante para alguns Membros, saber quem esteve e quem não esteve presente, e quem aprovou ou não, mas para si própria isso não lhe diz nada, porque o que é importante nestes casos são os números. Leónia Forte acrescenta, que neste caso, estamos a falar de um documento que foi aprovado por maioria do Executivo. Elsa Ferreira responde que isso não lhe interessa, porque analisa é as contas e se estão de acordo com o que acha correto ou não, e não analisa quem esteve ou não na reunião de Executivo, embora respeite a justificação dada por quem votou contra o Relatório de Contas, e as questões feitas sobre a presença ou não do Secretário. Sara Lindo insiste na necessidade da existência de um documento legal sobre o funcionamento do Executivo, pois neste caso, se o Secretário estivesse presente nas reuniões do Executivo, podia ter algum dado a contrapor ao Relatório de Contas apresentado, e não estando, não teve oportunidade de se pronunciar sobre o assunto. Miguel Monteiro lembra que o Secretário faltou. Elsa Ferreira diz que faz mais sentido para si a existência de um documento legal de quem assina as Contas, e de quem tem a responsabilidade técnica sobre as Contas, que é a Contabilidade, e que à margem do que aconteceu no ano anterior, fez questão que o Contabilista estivesse presente, e por isso é que a Assembleia até aconteceu fora da data, o que foi diferente este ano, e que até perguntou ao Presidente sobre a possibilidade do Contabilista emitir uma Certidão a dizer se isto realmente está de acordo com o que se passou, ou não. Leónia Forte pede a palavra e dirigindo-se a Sara Lindo, questiona, se segundo a sua ordem de ideias, em Assembleias que faltaram alguns Elementos e que foram aprovados alguns documentos de situações apresentadas, esses mesmos Elementos também podem pôr em causa aquilo que foi votado sem a sua presença. Sara Lindo responde que estamos a falar do Relatório de Contas, e não de documentos. Leónia Forte contrapõe, dizendo que é documentação aprovada por maioria do Executivo e Sara Lindo volta a referir algumas situações que estão escritas em Atas, como os sacos de cimento e uma fatura de uma Maria João, (ao qual Elsa Ferreira responde que são situações que já estão clarificadas), e que o Secretário poderia ter dúvidas e pedir esclarecimentos, se tivesse estado presente. Leónia Forte volta a dizer, que transpondo essa situação para a Assembleia é exatamente igual, pois em Assembleia nós deliberamos sobre documentos apresentados pelo Executivo, e se falta um Membro da Mesa, este também pode pôr em causa a deliberação dos restantes Membros. Sara Lindo diz que não, porque se faltou não tem que pôr em causa e Leónia Forte diz que se está a contradizer. Sara Lindo volta a dizer que estamos a falar de documentos contabilísticos e que o parecer da CCDR é necessário, para se saber se é obrigatória a presença dos três Elementos do Executivo para aprovação das Contas, ou não, para termos a certeza se são válidas. Elsa Ferreira responde que eles nem vão responder a esta questão, e o que dizem é que tem que haver maioria, e se estão presentes dois Elementos que votam a favor, há maioria, embora neste momento já não vá pedir parecer nenhum, por o Presidente ter feito o comunicado que fez hoje, e que agora tem que fazer chegar

este comunicado é ao Tribunal Administrativo. Rui Soares pede a palavra e começa por dizer que as pessoas são o que são, e valem o que valem, e que há uma coisa muito simples que devemos fazer todos os dias, que é colocarmo-nos no lugar dos outros, que foi o que fez com o Secretário, e só levou isto ao extremo por não ter tido outra opção, e dirigindo-se a Sara Lindo, diz-lhe que está a bater numa pedra que seria difícil de explicar a uma pessoa de 90 anos, que não é o caso, e que não quer é perceber. Refere que voltou a falar nos sacos de cimento, mas que se esqueceu de dizer que esse cimento foi atribuído na totalidade à Tuna Souselense, e que na altura em que levantaram dúvidas, avisou e ainda está a tempo de pedir a tal sindicância às Juntas, e que se calhar ainda vai sobrar para o seu sogro, José Figueiredo, porque na altura dele, é que se resolviam as situações, passando cheques de quinhentos contos ao Zé Carvalho, para ele distribuir pelos outros. E diz que hoje, isto não é possível, porque tem que ser tudo feito com um rigor extremo, e não temos nenhuma saída de dinheiro da Junta que não seja justificada. Diz também, que desta forma o leva a falar do que está para trás, e que em vez de Sara Lindo se ter colocado no lugar do Secretário, que se tente colocar no lugar do Presidente, que esgotou todas as possibilidades para resolver a bem esta situação, tendo até colocado o seu lugar à disposição do Secretário, que não aceitou, chegando à conclusão depois de lhe ter dado esta tolerância toda, que há aqui é uma grande falta de caráter e de vergonha, se não, nem continuava a receber, nem vinha às Assembleias. Elsa Ferreira diz que tem acompanhado este processo e pede que vejam quem trabalha, e quem faz e quem não faz, não crucificando quem trabalha, pois a obra está a olhos vistos. Avançando para a questão do Baldio, João Pardal pergunta se é necessária a aprovação desta Ata, para se avançar com este processo do Baldio em questão, e Elsa Ferreira diz que não, e se for caso disso, ela própria faz uma Declaração, passando à votação. Olga Monteiro questiona se se pode mexer neste Baldio, e a Presidente responde que sim, porque este está clarificado. João Pardal lembra que não havendo Comissão de Compartes, cabe à Junta gerir o Património. Da votação, resultou a sua aprovação por unanimidade. Rui Soares pede a palavra, e ainda no âmbito das informações, diz que em relação ao aeromodelismo, apareceu outra Associação idónea, que irá utilizar um espaço na Mata de S. Pedro, onde já se cortaram alguns pinheiros para o efeito, e já assinaram, inclusive, o Protocolo de Cooperação. Nada mais havendo para se dizer neste Ponto, passa-se para o último Ponto da Ordem do Dia (Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão). Elsa Ferreira pergunta se há intervenções do Público, para se proceder à sua inscrição e distribuição dos tempos, iniciando pelo Sr. Mário Rui Simões do Outeiro, depois o Sr. Fausto Rodrigues de S. Martinho do Pinheiro e por último, o Sr. António Almeida da Marmeleira.

Começando o Sr. Mário Rui por ter a palavra, este questiona primeiro por quem deve ser composta a Mesa da Assembleia de Freguesia, e após Elsa Ferreira responder que não entende a questão, este acaba por responder que são os Membros da Mesa e o Presidente do Executivo, referindo que segundo foi dito, o Sr. Secretário tem tido várias faltas e se não recebe não vê porque tem que estar na Mesa da Assembleia. Sobre o Parque Infantil pergunta para que lado fica a entrada e saída do mesmo, e por último, solicita que lhe seja fornecido o Boletim Informativo, referindo-se ao Jornal da Freguesia que foi distribuído gratuitamente, uma vez que foi à Junta pedi-lo e lhe foi respondido que teria que o pedir ao Presidente. Elsa Ferreira começa por responder à primeira questão colocada, e pede desculpa por não ter percebido logo de início qual era sua questão, e diz que de facto, o que a Lei nos diz é que deverão estar presentes numa Assembleia de Freguesia, os Membros da Mesa, e o Presidente, mas que poderão estar também presentes o Secretário e o Tesoureiro, e quanto ao uso da palavra, a autorização terá que ser dada pelo Presidente do Executivo, que é uma questão que nem é colocada por si, porque a partir da primeira Sessão, como sempre se trabalhou em equipa, e sempre estivemos aqui para trabalhar e fazer o nosso melhor, entendeu-se logo de início, que os três Membros do Executivo deveriam estar presentes, sendo para si, uma questão de respeito por quem trabalha. Diz também que o Sr. Secretário está na Mesa, porque continua a ser Secretário, e que soube hoje que os honorários não lhe estão a ser pagos, assim como também lhe foi hoje comunicado pelo Presidente, que é sua intenção retirar as funções ao Secretário, o que terá que comunicar ao Tribunal Administrativo, tendo agido assim até aqui, sempre com legalidade. Em relação ao Parque Infantil, Elsa Ferreira dá a palavra a Rui Soares, que responde que o projeto cumpre todos os requisitos de segurança, tendo uma cancela à beira da estrada e mais uma vedação do lado de dentro, não havendo assim, acesso direto para a estrada, acrescentando que se assim não fosse, a Câmara não o teria aprovado. Rui Soares continua com o uso da palavra, e diz que em relação ao Jornal, é só por uma questão de respeito, não tendo combinado nada com os funcionários da Junta, mas como foi uma edição limitada, não é dado a qualquer pessoa, sem desprimor para Mário Rui, e que não há problema nenhum em lhe ser cedido um

exemplar.

Elsa Ferreira passa então a palavra ao Sr. Fausto Rodrigues, que pergunta a Rui Soares qual é o número da cópia do recibo passado ao Sr. José Carvalho, ao qual Miguel Monteiro responde que é o nº 1847. Fausto Rodrigues informa a Assembleia que a Junta pagou 2 247€ ao Sr. José Carvalho de trabalhos que foram executados, questionando Rui Soares se tem também com ele a Folha de Obra e se lhe deixa alguma dúvida de que esta obra tenha sido executada no Campo de Futebol de Souselas, ao qual o Presidente responde que não. Fausto Rodrigues diz que está na Assembleia só para elucidar este assunto e afirma que quando este trabalho foi feito, era Rui Soares quem o fiscalizava. Elsa Ferreira interrompe e diz que não há diálogo e que nem está a gostar das insinuações que o Sr. Fausto está a fazer, e portanto, deve colocar todas as questões que tem para colocar, para o Presidente poder responder depois. O Sr. Fausto Rodrigues diz que não está a gostar, mas que tem que gostar, gerando alguns risos na sala, e levando Elsa Ferreira a questionar se quer concretizar, ou se quer que tome medidas mais sérias, ao qual Fausto Rodrigues responde que não o manda calar, e a Elsa Ferreira interrompe, dizendo que como Presidente da Assembleia pode mandá-lo calar, se quiser, pois é ela quem dita as regras. O Sr. Fausto Rodrigues acalmando-se, diz que concorda que Rui Soares não era obrigado a saber se esta dívida tinha sido paga ou não, mas à data da fatura referida, antes de Rui Soares se ter demarcado do PSD, demarcou-se ele, e Rui Soares ainda lá ficou, e já há bastante tempo que anda a falar com Rui Soares para este falar com o antigo Executivo de Souselas para esclarecer este assunto. E pede que esta dívida seja saldada, da mesma maneira que a da Fonsofil foi, pois até tem conhecimento de que não foi resolvida da melhor maneira. Nem em conteúdo, nem em quantidade, e que se o quiserem processar, vai dizer aquilo que sabe.

Elsa Ferreira pergunta se já terminou e questiona-o se o Executivo deve alguma coisa à Fonsofil. Fausto Rodrigues responde que não disse que deve, e Elsa Ferreira pede-lhe que clarifique o que quis dizer. Fausto Rodrigues responde que a Sra. Presidente sabe perfeitamente, porque deve estar escrito em Ata, que os montantes que estavam em causa quando esse assunto foi analisado, não eram os mesmos que estavam na fatura que foi paga. Elsa Ferreira diz então, que não percebe como é que o Sr. Fausto da Fonsofil não se queixou se alguma coisa não está bem. O Sr. Fausto Rodrigues responde que se recebeu a mais, não tem porque se queixar. Rui Soares pergunta se já terminou e diz, que em relação ao Executivo anterior, e como o Sr. Fausto Rodrigues sabe, isto nem sempre foi pacífico, e embora a nossa postura fosse sempre de trabalhar, o Presidente arranjava sempre forma, de vez em quando mal tratar um de nós, considerando-se até um privilegiado nesse aspeto. Lembra que o palco que está na Casa do Povo foi sua ideia, tendo-lhe sido pedida ajuda pelo Presidente, João Pardal, para resolver aquela questão, e tendo também ajudado na construção da bancada, em que aliás houve na altura uma grande gafe no projeto, por parte da Câmara. Rui Soares diz ainda que houve alguns períodos em que foi preterido, mas que sabe que o Sr. José Carvalho andou lá a trabalhar, e que se recorda que houve um grande conflito entre eles, pois era costume a fuga ao pagamento. Mas refere que ele próprio é que devia estar aqui a reivindicar o pagamento em falta e volta a sugerir a sua comparência numa próxima Assembleia. Diz também que sempre colaborou com o antigo Executivo, tendo trabalhado até ao último dia, mas que não foi conivente com algumas situações, e corrige Fausto Rodrigues, dizendo que ele saiu, mas que Fausto Rodrigues ainda lá está. Em relação à Fonsofil, diz que em reunião com o Contabilista, este ficou incrédulo com o facto de Rui Soares saber tudo de cor, o qual se deve por agora lhe passar tudo pelas mãos, uma vez que teve que assumir outras funções. E que na Assembleia anterior, o antigo Executivo já estava a querer delegar este problema para a ADS resolver, e Rui Soares é que os travou, dizendo que dessa forma iam criar mais que um problema. Informa que se pagou o valor à Fonsofil na íntegra, porque o cheque tinha que ser pago à ADS, e estes depois é que passariam outro cheque à Fonsofil. Mas como a Fonsofil tinha dado na altura um orçamento à Fábrica da Igreja, no valor de mil e poucos euros, disse ao Sr. João Paulino (que quando quiserem podemos chamar aqui para esclarecer) para pedir um desconto à Fonsofil, pois este assunto com a empresa tinha que ser resolvido, mas para isso eles teriam que fazer um desconto à Fábrica da Igreja, num valor de cerca de duzentos e tal euros, o que foi resolvido desta forma. Rui Soares volta a dizer que está à vontade para ir a Tribunal, e se lhe volta a chegar aos ouvidos que andam a fazer jantares para o enterrar e a pôr em causa a sua honestidade, pede mesmo uma sindicância à Junta. Diz também que já se emocionou várias vezes a falar com a Presidente da Assembleia, e que o que ela disse há pouco foi genuíno, pois ela sabe bem o trabalho que têm tido, e o Sr. Fausto Rodrigues, que já o conhece há tantos anos, já devia saber que seria incapaz de beneficiar de alguma forma a Fonsofil, que até é de familiares seus, pois estaria a dar argumentos para que mais tarde o questionassem. Elsa Ferreira intervém, e diz que o Público tem todo o direito de fazer qualquer tipo de

questão, e que a Assembleia só responde se quiser, embora entendamos que devemos responder sempre. Dirige-se a Fausto Rodrigues, dizendo-lhe que as suas intervenções têm sido sempre sobre dívidas que transitaram dos Executivos anteriores, em que claramente antes da sua intervenção, já o Presidente havia assumido o pagamento, pois uma das coisas que Rui Soares sempre disse, é que se se deve, tem que se pagar. E solicita a Fausto Rodrigues que tenha cuidado com a forma como coloca as questões, pois têm sido sempre colocadas em forma de insinuações, e podem gerar problemas graves, evitadamente, ficando até mais satisfeita, que passe a colocar questões mais úteis, pois as que tem colocado, normalmente a Mesa já as tratou e já as resolveu. Fausto Rodrigues diz que esta ainda não está resolvida, e Elsa Ferreira responde que se vai resolver e que a Assembleia até devia começar a exigir que sejam os próprios credores a virem reivindicar as suas dívidas, e não terceiros. E refere por último, que a Assembleia só está a pedir que seja passada uma Declaração pelos Membros do antigo Executivo, a assumir a existência desta dívida, para que se possa liquidar, dentro da legalidade.

Terminados os esclarecimentos ao Sr. Fausto Rodrigues, a Presidente passa a palavra ao Sr. António Almeida, que começa por dizer que já foi Membro de muitas Assembleias de outros Mandatos, e que tem constatado que as Assembleias eram mais participadas pelos Membros da Mesa em relação a estas deste Executivo, inclusivamente na de hoje, que os assuntos a tratar têm tanta importância, e não viu os Membros a pedir o uso da palavra, o que poderá ser um sinal de que o Executivo está a trabalhar muito bem, ou muito mal. E viu pessoas a votar contra, quando não levantaram sequer uma única questão sobre as Contas, e que iam olhando para quem está ao lado, para ver se levantou o dedo, ou não, não percebendo se é por medo, ou não. Em relação à questão que o Sr. Fausto trouxe, refere que se a dívida fosse dele próprio, não mandava terceiros para a Assembleia, para a resolver por ele. Para terminar, diz que concorda com a cedência do Baldio para a construção do Parque Infantil, e como representante da Comissão de Baldios da Marmeleira, diz que se calhar só daqui a uns seis, sete anos é que terão proveito do investimento que fizeram nos Baldios, existindo um espaço perto de um dos fontenários, onde se podia fazer, por exemplo, um Parque de Lazer, requalificando-o. Rui Soares pede a palavra e diz que o desafio está aceite, embora duvide que seja neste Mandato, e que embora não sabendo se se irá recandidatar, havendo este tipo de cooperação, diz que estamos cá para dar corpo às iniciativas. E que apesar de se ter feito muito, herdámos também situações muito complicadas, sendo esta a Freguesia com mais dívidas do Concelho de Coimbra, no valor total de 172 000€, continuando a aparecer ainda hoje mais dívidas, o que incapacitou a Junta de poder ter feito mais alguma coisa. Refere também que tinham intenção de melhorar a R. dos Poços até o Cemitério da Marmeleira, e arranjar o telhado do Lavadouro dos Poços, mas que neste momento não é possível, porque a Junta tem outras prioridades, nomeadamente terminar a obra do Posto Médico, ampliando-o, e a arranjar a Sede da Junta de Freguesia em Souselas, ficando no entanto, o pedido registado.

Elsa Ferreira intervém, e respondendo à primeira questão levantada por António Almeida, diz que às vezes é estratégia, e sita o que um candidato de uma Autarquia daqui perto, dizia a propósito da oposição: "Calem-se. Nunca digam nada! Porque todas as achegas que lhes derem, estão a ajudar, e assim caladinhos, deixem que eles se enterrem!"

E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas zero horas e quarenta e seis minutos.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Larçã, 27 de Abril de 2017



Leonia Marina Nogueira Fortes